



2932 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

Tempos de Capanema: As vozes presentes e ausentes na formação do projeto Universidade do Brasil
Adão Rogério Xavier Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Jhoney Brandão de Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
Rafael Figueiredo Pinto - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RESUMO

Este trabalho situa-se a partir do desenvolvimento de discussões suscitadas no interior do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre. Por meio do presente artigo, buscou-se identificar as vozes presentes e ausentes na formação do projeto Universidade do Brasil, uma das ações de Gustavo Capanema no exercício do Ministério da Educação e Saúde (1934 -1945). Está organizado em duas seções, sendo a primeira destinada ao esclarecimento do contexto político e econômico internacional o qual o Brasil esteve fortemente vinculado na década de 1930, e aponta elementos que esclarecem o projeto nacionalista para o país durante o primeiro governo Vargas, além da ideia de nacionalismo que o governo proclamava e quais propostas que se configuraram em políticas e ações educacionais. A segunda, aborda a cerca das vozes presentes e ausentes na formação do projeto Universidade do Brasil. Como resultado, aponta-se a unilateralidade, centralização política e burocrática das vozes presentes do Estado e da Igreja Católica, bem como as vozes ausentes da imprensa, de intelectuais e de profissionais oriundos do ensino profissionalizante.

Palavras-chaves: Projeto Universidade do Brasil. Política Educacional do Ensino Superior. Reforma Capanema.

TEMPOS DE CAPANEMA: AS VOZES PRESENTES E AUSENTES NA FORMAÇÃO DO PROJETO UNIVERSIDADE DO BRASIL

RESUMO

Este trabalho situa-se a partir do desenvolvimento de discussões suscitadas no interior do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre. Por meio do presente artigo, buscou-se identificar as vozes presentes e ausentes na formação do projeto Universidade do Brasil, uma das ações de Gustavo Capanema no exercício do Ministério da Educação e Saúde (1934 -1945). Está organizado em duas seções, sendo a primeira destinada ao esclarecimento do contexto político e econômico internacional o qual o Brasil esteve fortemente vinculado na década de 1930, e aponta elementos que esclarecem o projeto nacionalista para o país durante o primeiro governo Vargas, além da ideia de nacionalismo que o governo proclamava e quais propostas que se configuraram em políticas e ações educacionais. A segunda, aborda a cerca das vozes presentes e ausentes na formação do projeto Universidade do Brasil. Como resultado, aponta-se a unilateralidade, centralização política e burocrática das vozes presentes do Estado e da Igreja Católica, bem como as vozes ausentes da imprensa, de intelectuais e de profissionais oriundos do ensino profissionalizante.

Palavras-chaves: Projeto Universidade do Brasil. Política Educacional do Ensino Superior. Reforma Capanema.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva identificar quais foram as vozes presentes e ausentes na formação do projeto Universidade do Brasil, materializado na Lei nº 452 de 05 de julho de 1937 e proposto na gestão de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (1934-1945) no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). A opção pela temática corresponde e revela o campo de pesquisa consoante à política educacional, campo no qual é manifesto o interesse em aprofundar pesquisas científicas.

Utilizou-se das publicações de Schwartzman *et al.* (1984), intitulada *Tempos de Capanema*; e Brito (2006), *A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Esta seleção deu-se em reconhecimento da consistência e organicidade científica acadêmica das obras, verificadas em suas abordagens traçadas por uma análise sócio-histórica do período em questão.

A primeira seção é dedicada à análise de Brito (2006). A partir da ideia de que a implementação de uma política pública é totalmente entrelaçada em interesses ideológicos, políticos e econômicos, necessária se faz a tarefa de verificar o panorama econômico e político internacional em consideração à lógica global do modo de produção capitalista que o Brasil esteve vinculado durante os anos de 1930. Brito (2006) dispõe de elementos substanciais para efetivar esta investigação.

A segunda seção pretende identificar quais são as vozes presentes e ausentes na formação da Universidade do Brasil, consubstanciada na Lei nº 452 de 05 de julho de 1937, proposta pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (1934-1945). Para tanto, a análise é aplicada na obra de Schwartzman *et al.* (1984), especificamente na terceira seção, intitulada *Tempos de Reforma*, onde consta o capítulo 7, *O grande projeto Universitário*. Vale lembrar que a publicação utilizada nesta análise é dos anos 2000, ed. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, SP.

2 PANORAMA ECONÔMICO E POLÍTICO VIGENTE

Ao iniciar sua investigação, com fins de esclarecer o projeto nacionalista para o Brasil durante o primeiro governo Vargas, mais precisamente sobre qual nacionalismo o governo proclamava e quais propostas nacionalistas foram convertidas em práticas políticas, Brito (2006) lança seu olhar para o panorama econômico e político internacional levando em consideração o modo de reprodução social capitalista, assim como examina o movimento da parte para o todo e todo para a parte. Desta análise, ela identifica dois fatores centrais para a compreensão da forma como se deu a acumulação de capital, e a sua conformação hegemônica nesse período histórico no Brasil.

O primeiro fator consiste na presença do Estado capitalista, logo, Estado-Empreendedor, inclinado na resolução e garantias dos direitos sociais, o Estado do Bem-Estar Social. O segundo fator está totalmente imbricado ao primeiro e corresponde à conformação do capitalismo monopolista, ligado às manifestações imperialistas do contexto anterior à Segunda Guerra Mundial ou da realidade Guerra Fria. A conformação monopolista iniciou-se com a *Grande Depressão* econômica de 1929, também nomeada de *crise de superacumulação*. As influências da crise se estenderam de 1929 até 1937 e foi caracterizada por:

1. Ausência de ondas de renovação tecnológica, capazes de absorver os excedentes econômicos produzidos;
2. Intensidade aparente do capital constante;
3. Aumento tendencial da composição orgânica do capital, com o agravamento da ociosidade planejada, para fazer frente aos custos de produção e ao desaquecimento da demanda. (BRITO, 2006, p. 03 *apud* COUTINHO; BELLUZZO, [19--?], p. 15).

Com a crise econômica assombrando a organização e reprodução da vida nos grandes centros e nas periferias capitalistas, países como Alemanha, Itália e Japão, já com fortes sanções oriundas da derrota na primeira Guerra Mundial, sobretudo o impedimento de acesso externo de investimento, adotaram o fascismo, em frente à crise econômica. Esse contexto social de crise econômica e conflitos armados adubou e fez florescer projetos e ações nacionalistas orquestradas pelo Estado, diminuir importações e aumentar as exportações, expandir e incentivar os ativos de capitais internamente, bem como regulamentar, direcionar, planejar e centralizar a base da vida econômica e social como receita ideal para a solução dos males vigentes e a consecução de um passo rumo ao desenvolvimento.

No Brasil, durante os primeiros anos da crise, o governo apostou inicialmente em duas medidas como vias de saída do congestionamento econômico: o controle do déficit público e da sua base exportadora de produtos primários, sobretudo o café e o algodão. Assim,

[...] o Estado implementou uma política de desvalorização da moeda, por meio do controle monopolizado do câmbio, visando ao aumento das exportações, à captação de moeda estrangeira para investimentos e ao controle da balança comercial, num momento especialmente difícil em relação à obtenção de créditos internacionais. (BRITO, 2006, p. 05).

O cenário corrente intensificou as disputas imperialistas pelo mercado consumidor, embaraçando gradualmente as vias de saída optadas pelo governo de Vargas. Desta forma, a partir da segunda metade dos anos 30, o Estado amadureceu seu plano desenvolvimentista. Munindo-se de uma compostura nacionalista, Vargas fez da ação industrializante seu projeto político, buscando ampliar cada vez mais sua participação no mercado da América do Sul, principalmente no Paraguai e na Bolívia, através da produção de manufaturados.

Frente à corrida interimperialista pela hegemonia da América Latina, travada pelos projetos da *Política de Boa Vizinhança* sob tutela dos Estados Unidos da América e da *Política dos Marcos de Compensação* sob direção da Alemanha, o Brasil optou por uma política externa independente e manteve relações amistosas com ambos os países. Em linhas gerais, preponderou o projeto nacionalista, a diversificação, redução máxima de fluxos de capital para o exterior e o incentivo da produção baseado nos interesses internos.

O controle do déficit público contribuiu significativamente para a reforma das Forças Armadas mediante o fomento da indústria siderúrgica nacional. Aqui, fica totalmente evidente o deslocamento da hegemonia econômica para a busca da hegemonia militar no contexto latino-americano. O governo temia a perda de espaço político na América do Sul. Nesse mesmo período, vale lembrar do flerte da Argentina com a Alemanha, pautado no incentivo de uma política de fortalecimento das Forças Armadas daquele país, que tinha intenções de ampliar seu domínio no continente.

Nesse sentido, os investimentos na siderurgia nacional inclinada à perspectiva da defesa nacional, especialmente a partir da década de 1937, período vigente do Estado Novo^[1], fomentava também o crescimento do parque industrial em sentido mais amplo, visto que o aço é base indispensável para o aprimoramento da indústria pesada. O desenvolvimento econômico nesse trilhar era a base para a unidade e a manutenção da segurança nacional.

Assim, uma série de ações e projetos do governo Vargas tais como a nacionalização das jazidas minerais e outras fontes de energias, bancos e companhia de seguros; redes de ferrovias, navegação, rodovias e linhas aéreas, política de salário mínimo e seguridade trabalhista, são enfatizados na *Carta de São Lourenço*^[2].

A integração do país era a ordem do dia e a ação centralizadora do Estado a fim de afastar as possíveis discordâncias oriundas nos estados sua fiel escudeira. É neste cenário de busca pelo fortalecimento econômico e sociopolítico que o projeto educacional do ministro Gustavo Capanema irá se constituir.

3 A FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

3.1 Vozes presentes

Analisar políticas públicas da educação brasileira levando em consideração suas amplas especificidades econômicas, sociais e culturais, demanda delimitar o tema com a devida atenção para que não se perca o sentido histórico enquanto instâncias fragmentadas. Desta forma, isto possibilita uma melhor orientação sistemática de análise e possibilita a percepção da intencionalidade de algumas opções manifestas presentes já no título do estudo.

Posto isto, o ponto de partida para identificar as vozes presentes na formação da Universidade do Brasil são os fragmentos retirados da entrevista (não publicada), concedida pelo ministro Gustavo Capanema à Agência Meridional Ltda. (Diários Associados) nos anos 1934, onde o próprio advoga que o modelo universitário de sua gestão:

[...] Será o centro de preparo técnico, de aparelhamento de elite que vai dirigir a nação, resolver-lhe os problemas, preservar-lhe a saúde, facilitar-lhe o desdobramento e a circulação de riquezas, fortalecer a mentalidade do povo, engrandecer sua civilização. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 221).

Com a missão fundamental de formar

A elite que precisamos [...] o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil [...] Elite ativa,

eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comanda a nação. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 222).

Embora se tenha uma distância temporal de três anos, a carga do conteúdo presente no fragmento da entrevista delinea relações íntimas do que irá se tornar o projeto Universidade-Modelo em 1937, ou seja, a Universidade do Brasil, e ainda exhibe, sem enfeite, as finalidades e os destinatários do modelo universitário.

A formação do dispositivo legal da Universidade do Brasil deu-se em 1937, quando Vargas sancionou a Lei nº 452, em 05 de julho de 1937. Em seu bojo, o artigo 2º incumbiu-se tratar das suas finalidades essenciais, a saber:

Art. 2º [...]

a) o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística; b) a formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério bem como às altas funções da vida pública do país; c) o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores.

Tais finalidades essenciais deveriam ser efetivadas em 15 (quinze) estabelecimentos de ensinos conforme descrito em seu artigo 4º:

Art. 4º [...]

a) Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras; b) Faculdade Nacional de Educação; c) Escola Nacional de Engenharia; d) Escola Nacional de Minas e Metalurgia; e) Escola Nacional de Química; f) Faculdade Nacional de Medicina; g) Faculdade Nacional de Odontologia; h) Faculdade Nacional de Farmácia; i) Faculdade Nacional de Direito; j) Faculdade Nacional de Política e Economia; k) Escola Nacional de Agronomia; l) Escola Nacional de Veterinária; m) Escola Nacional de Arquitetura; n) Escola Nacional de Belas Artes; o) Escola Nacional de Música.

Além disto, com vistas à cooperação de seus trabalhos, fariam-se integrantes dos supracitados estabelecimentos de ensino:

Art. 5º [...]

a) Museu Nacional; b) Instituto de Física; c) Instituto de Eletrotécnica; d) Instituto de Hidro-aérodinâmica; e) Instituto de Mecânica Industrial; f) Instituto de Ensaio de Materiais; g) Instituto de Química e Eletro-química; h) Instituto de Metalurgia; i) Instituto de Nutrição; j) Instituto de Eletro-radiologia; k) Instituto de Biotipologia; l) Instituto de Psicologia; m) Instituto de Criminologia; n) Instituto de Psiquiatria; o) Instituto de História e Geografia; p) Instituto de Organização Política e Econômica.

Ao pronunciar-se no ato da promulgação da supracitada lei, o ministro Capanema enfatiza dois princípios fundamentais a serem perseguidos pelo projeto: O primeiro corresponde ao estabelecimento, em todo o país, de um padrão nacional e único de ensino superior; e o segundo refere-se à seleção dos estudantes deste ensino superior padronizado, que deveria ser feita sob critérios rigorosos.

Em termos metafóricos, se o primeiro princípio verificado no pronunciamento do ministro Capanema fosse um torpedo teleguiado, seus principais alvos seriam a Universidade de São Paulo – USP, instituída em 1934 e a Universidade do Distrito Federal – UDF, criada em 1935. Dentre ambas as Universidades citadas, a UDF não irá resistir e no ano de 1938 será formalmente extinta.

Os possíveis motivos para extinção da UDF são verificados na carta encaminhada pelo ministro Capanema ao Departamento Administrativo de Serviço Público – DASP^[3], escreve o ministro: “a existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país” SCHWARTZMAN *et al.*, (2000, p. 229), devido seu regimento atribuir funções como sendo competência do prefeito do Distrito Federal e, por consequência, negar sua submissão total à União e ao projeto da Universidade do Brasil. Além de questões outras de cunho político, Capanema reclamou acerca da ordem e da disciplina do Estado Novo, e em um tom inflexível escreveu:

[...] ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos a mais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho universitário da capital da República. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 229).

Por sua vez, o segundo princípio já apresentava uma seleção rigorosa antes mesmo da própria seleção para o ingresso do ensino superior. Vale lembrar que o acesso à Universidade do Brasil era possibilitado somente aos concluintes do ensino secundário normal, mediante próprio exame de admissão. Aos não admitidos no ensino secundário, a porta do ensino superior estaria permanentemente fechada, restando por opções o ingresso ao ensino agrícola, industrial ou comerciário.

O projeto Universidade do Brasil previa em seu escopo quatro atividades principais, sendo:

[...] o desenvolvimento da própria concepção da universidade; seu planejamento físico, que se deveria materializar na Cidade Universitária; a criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, que seria o núcleo de integração de todo o conjunto; e a criação de algumas novas faculdades e institutos, dentre os quais sobressaia o projeto de uma faculdade nacional de política e economia. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 223).

Dentre estas atividades, conforme a bibliografia base desta análise, a Faculdade Nacional de Filosofia deveria ser criada nos padrões de sua antecessora paulista; entretanto, sua direção seria da tutela federal e sob estrito controle doutrinário da Igreja Católica.

Esses dois supostos novos desafios não representavam obstáculos nenhum no contexto sociopolítico vigente, muito pelo contrário, mostravam-se como desafios já vencidos. Pois se partirmos do pressuposto *modus operandi* do governo no Estado Novo, o almejado controle e direção federal da Faculdade de Filosofia certamente não encontraria empecilhos. Por sua vez, estabelecer controle doutrinário à luz dos dogmas da Igreja Católica para

um público que, em sua maioria, trazia em seu DNA social a configuração do ensino secundário, cujas características eram de uma elite católica, de formação clássica e disciplina militar, não aparentava ser difícil.

A Faculdade de Filosofia tinha por compromisso formar professores secundários e pesquisadores. Seu corpo docente foi sistematicamente selecionado pelo ministro Capanema. É possível observar que os principais alvos de contratação eram profissionais estrangeiros, sobretudo franceses e italianos, por influências, respectivamente, do psicólogo francês Georges Dumas e dos italianos Luigi Fantappiè e Gleb Watagbin, ambos professores da Universidade de São Paulo.

Estas opções contratuais docentes provocaram reações ao expoente intelectual da Igreja Católica, Alceu Amoroso Lima, principal aspirante a reitor no projeto do ministro Capanema. Por volta do início da década de 1941, Alceu escreveu ao ministro uma carta de recusa ao cargo, sendo possível em uma das linhas ler-se “não me sinto com entusiasmo por esta obra” (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 234). Aqui cabe lembrar que é na década 1940 que os projetos de implantação e implementação das Pontifícia Universidade Católica – PUC’s se consolidam pelo Brasil. Assim, é de se imaginar para onde estaria voltada a atenção de Alceu Amoroso Lima.

Entre as atividades principais da Universidade do Brasil, verifica-se ainda a Faculdade Nacional de Política e Economia, cuja finalidade, sob a ótica Capanema, deveria não somente ser efetivada por razões de ordem política^[4], mas porque, “[...] na fase adiantada em que estamos, de administração de negócios públicos e de empresas particulares, temos necessidade de numerosos técnicos especializados em tal administração”. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 237).

Ante o exposto, são perceptíveis os planos do Estado pela busca de estabelecimento da ordem e do progresso econômico nacional em confluência com o projeto Universidade do Brasil, um zelo pelo intelecto qualificado para exercer o serviço público.

3.2 Vozes ausentes

Observando que o objetivo desta subseção é identificar as vozes ausentes na formação do projeto Universidade do Brasil, para efeito de entendimento e delimitação deste, considera-se como vozes ausentes as manifestações em todos os sentidos que apareceram, mas que não foram contempladas pelo projeto do ensino superior do ministro Capanema.

A análise para identificar as vozes ausentes parte de algumas das principais mídias de imprensa^[5] da época, os jornais, que sem excesso da palavra foram uníssonos e abertamente de encontro ao projeto da Universidade do Brasil. Em síntese, todos criticavam o direcionamento dos recursos e a atenção total para o ensino superior, em detrimento à questão do analfabetismo nacional. Criticava-se também a centralidade, inflexibilidade e autoritarismo do ministro na gestão pública e sua omissão às pautas da saúde. A título de exemplo, o artigo intitulado “O plano Universitário”, cuja publicação se deu em 18 de dezembro de 1936, no *O Jornal*, traz como indagação central: alfabetizar ou fundar a Universidade do Brasil? “É notório que o ministro se interessa mais pelo plano universitário. A prova disso é que ele não liga tanto para a saúde, que está em sua pasta.” (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 225).

Em crítica ao local de escolha para sediar a Cidade Universitária, segunda atividade principal do escopo do projeto da Universidade do Brasil, o jornal *Diário Carioca* escreveu em 29 de setembro de 1936:

É absurdo desapropriar a estação de Mangueira. Passa por cima de tudo que é de praxe e é ponderado [...] Capanema nasceu de si mesmo. Tomou conta de Minas Gerais e para deixar o governo de Minas para Benedito Valadares, ganhou o Ministério da Educação (...). Em dois anos não fez nada, agora está se virando. Quer ser o alcaide, guardar as chaves da cidade no bolso e dizer ‘é minha’. A central não deve perder a subestação de Mangueira. O Congresso não deve liberar a verba. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 225).

Schwartzman *et al.*, (2000) indicam que parte dos intelectuais de inspiração liberal^[6], atuantes sobretudo na cidade Rio de Janeiro, foram adversos ao projeto Universidade do Brasil. Como exemplo, apresenta-se José Maria Belo, historiador, escritor e político, que em 1936 dirigiu-se abertamente ao ministro Capanema, buscando lembrá-lo que na capital do país (RJ) já existia uma Universidade (UDF) cujo projeto em execução era semelhante às atividades principais contidas no escopo da Universidade do Brasil – faculdade de filosofia e economia – e, portanto, seu projeto se configuraria uma redundância ou algo que prejudicaria as bases já postas.

Na mesma direção apontou a carta assinada pelo sociólogo Donald Pearson, docente da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que discorreu e defendeu o projeto posto em escanteio da antropóloga Heloísa Alberto Torres, sobre a organização do ensino de Ciências Sociais no Brasil. Ao final do documento, disse Donald Pearson ao ministro Capanema:

Prender seu trabalho a um padrão central me parece uma *policy* irrealista, *policy* que criará desnecessários obstáculos ao progresso educacional uma vez que: 1) as condições de ensino, num país tão vasto como o Brasil, variam bastante de lugar para lugar (e devo indicar também, de tempo para tempo); 2) esta padronização inibe, em vez de estimular, a iniciativa particular; e 3) ela sujeita o melhoramento do ensino, em cada lugar, às vicissitudes de possível controle político (ou administrativo) inadequadamente informado. (SCHWARTZMAN *et al.*, 2000, p. 244).

Profissionais formados nas escolas técnicas que não cursaram o ensino secundário normal, tais como contabilistas, administradores e economistas, por um instante se animaram com a possibilidade de converterem seus capitais simbólicos técnicos em capitais simbólicos acadêmicos, por meio da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Contudo, não obtiveram êxito, visto que os cursos profissionalizantes de nível médio não davam acesso à universidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se oferecer, de forma sintética e objetiva, a identificação das vozes presentes e ausentes na formação do projeto Universidade Brasil. O que foi analisado ao longo deste texto aponta que, historicamente, no período de 1934 a 1945, onze anos ininterruptos de Gustavo Capanema no exercício do Ministério da Educação e Saúde, a unilateralidade, centralização política e burocrática do Estado e da Igreja Católica foram as vozes presentes e efetivas na formação do referido projeto. Por vozes ausentes na formação deste projeto têm-se a da imprensa, de intelectuais e de profissionais oriundos do ensino profissionalizante.

É importante destacar que o conceito de vozes ausentes, neste trabalho, assume uma identificação ambígua, posto que, embora sejam vozes ausentes por não terem sido contempladas pelo projeto Universidade do Brasil, são vozes presentes e combativas em uma lógica de fazer política

pública educacional.

Por fim, há o desejo de que as informações aqui expostas possam contribuir para o entendimento de que política educacional não se referem somente ao texto frio, pronto e acabado, traduzido em artigos, incisos e parágrafos. Muito pelo contrário, dizem respeito a vários processos complexos marcados por condicionantes históricos, e em constante movimento e pelas contradições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 452, de 5 de Julho de 1937. Instituição da Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/7/1937, Página 14830 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1937, Página 105 Vol. 7 (Publicação Original).

BRITO, Sílvia Helena Andrade de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Navegando na história da educação brasileira**. 1ed. Campinas: EDFE-UNICAMP, 2006, v. 1, p. 1-24.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema** – São Paulo, ed. Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

[1] Resultado do golpe de Estado empreendido por Vargas e compreende o período dos anos 1937 a 1945. Em ocasião, o congresso Nacional foi fechado, extinguiu-se os partidos políticos, uma nova constituição entrou em vigor abolindo a de 1934. O regime autoritário do Estado Novo apresenta-se consonante ao regime fascista de Portugal do período de Antônio Salazar.

[2] Documento que traçou em linhas gerais do programa econômico do Estado Novo.

[3] Secretaria geral da Administração Pública Federal.

[4] Visto a relação à proposta de expurgar o marxismo/comunismo da vida acadêmica brasileira. Proposta encabeçado no projeto inicial da faculdade ainda nos anos de 1935 pelo senador Valdemar Falcão. Sobre discursão, ver Schwartzman *et al.*, (2000, p. 237).

[5] Diário da Noite; Diário Carioca; O Jornal; Correio Paulistano; Diário de Notícias; e O correio de Manhã.

[6] Anísio Teixeira, Camilo de Oliveira Neto e Francisco José de Oliveira Viana.